

# EXPERIÊNCIAS DE ESCUTA DO MAL-ESTAR E DO SOFRIMENTO DOCENTE FRENTE À RACIONALIDADE NEOLIBERAL: CONSTRUINDO POLÍTICAS DE CUIDADO E DE RESISTÊNCIA

*Danilo Peres Bemgochea Junior\**

*Gabriela Oliveira Guerra\*\**

*Samara Silva dos Santos\*\*\**

*Silvana Maia Borges\*\*\*\**

*Tais Fim Alberti\*\*\*\*\**

**RESUMO:** Este artigo contempla reflexões sobre o mal-estar e o sofrimento docente na contemporaneidade, a partir de experiências de escuta no âmbito da pesquisa e extensão universitárias. Apresentamos duas pesquisas, nas quais propusemos espaços de escuta por meio de entrevistas e escritas da experiência, ambas com docentes de instituições educacionais públicas. O método que embasa o texto é a pesquisa-intervenção de orientação clínica e a discussão pauta-se na análise clínica do discurso, que possibilitou recolher das pesquisas significantes que se entrelaçam, dando nomes ao mal-estar e ao sofrimento docente, tais como: silenciamento, desamparo, esgotamento, burocratização e produtividade. Diante destas manifestações, compreendemos que o mal-estar e o sofrimento docente são também produzidos e geridos pelo Estado e sustentados pela racionalidade neoliberal, a este intrínseca. Insistimos na constituição de experiências produtoras de espaços-tempo, de fala e de cuidado compartilhado, sem recuarmos frente à falta de alternativas que parece se impor. Assim, somamo-nos aos esforços de construção de testemunhos de como essa racionalidade e suas violências se expressam na sociedade brasileira e nas instituições de ensino, sendo que nossas intervenções fazem coro com a constituição de acolhimento, cuidado com a saúde mental e suporte psicossocial no campo da educação, ensejando políticas de resistência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mal-estar; Sofrimento; Docentes; Violência do Estado; Racionalidade neoliberal.

## EXPERIENCES OF LISTENING TO TEACHER DISEASE AND SUFFERING IN FRONT OF NEOLIBERAL RATIONALITY: BUILDING POLICIES OF CARE AND RESISTANCE

**ABSTRACT:** This article contemplates reflections on the discomfort and suffering of teachers in contemporary times, based on listening experiences within the scope of university research and extension. We present two studies, in which we proposed listening spaces through interviews and written experiences, both with teachers from public educational institutions. The clinical oriented intervention research is the method that underlies the text and the discussion is based on clinical discourse analysis, which made it possible to collect significant research that intertwines, giving names to teacher discomfort and suffering, such as: silencing, helplessness, exhaustion, bureaucratization and productivity. In view of these manifestations, we understand that teacher discomfort and suffering are also produced and managed by the State and sustained by the neoliberal rationality, intrinsic to it. We insist on the creation of experiences that produce space-time, speech and shared care, without retreating in the face of the lack of alternatives that seem to impose themselves. Thus, we join the efforts to build testimonies of how this rationality and its violence are expressed in Brazilian society and in educational institutions, and our interventions echo the establishment of reception, mental health care and psychosocial support in the field of education, giving rise to resistance policies.

**KEYWORDS:** Malaise; Suffering; Teachers; State violence; Neoliberal rationality.

\* Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutorando em Psicologia pela UFSM. E-mail: danilobemgochea@gmail.com; Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1738-6184>.

\*\* Mestra em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutoranda em Psicologia pela UFSM. E-mail: gabrielaoliveiraguerra@gmail.com; Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-5509-2243>.

\*\*\* Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: samara.santos@ufsm.br; Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7171-5113>.

\*\*\*\* Mestra em Educação pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: silvanamborges@gmail.com; Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-6222-7495>.

\*\*\*\*\* Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: tais.alberti@ufsm.br; Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4985-064X>.

## Introdução

O presente artigo busca refletir sobre as expressões do mal-estar e do sofrimento docente na contemporaneidade, tomando como base experiências de escuta com professoras(es) da educação básica e do ensino superior, no âmbito da pesquisa, ensino e extensão universitárias, vinculadas ao Núcleo Compartilha, o qual será apresentado na sequência. De pronto, trazemos a justificativa deste estudo que, para além de ser tema de pesquisas e intervenções do grupo aludido, relaciona-se ao cenário do magistério contemporâneo, anunciado/denunciado, por exemplo, em notícias recentes: “Saúde mental de professores se agrava com desvalorização, baixos salários e falta de estrutura (FOGLIATTO, 2018); “Pesquisa revela que saúde mental dos professores piorou em 2022” (LYRA, 2022); “Saúde mental é o principal problema para professores, aponta pesquisa” (CRUZ, 2023); “Saúde mental dos educadores preocupa e motiva nova lei” (CARVALHO, 2023); “O apagão de professores no Brasil” (SERAFINI, 2024).

As manchetes citadas expressam um problema antigo e recorrente da educação brasileira, certamente agravado pela pandemia de Covid-19<sup>1</sup>: as condições precárias de trabalho e a falta de valorização dos(as) professores(as). Tais fatores, dentre outros, produzem o mal-estar e o sofrimento docente, que exigem atenção, tanto em termos de pesquisas e intervenções das distintas áreas do conhecimento, quanto de políticas públicas. Considerando o exposto, discorreremos a seguir sobre o Núcleo Compartilha e seu trabalho, que está diretamente implicado ao propósito mencionado, para, na sequência, adentrar dois universos de pesquisas desenvolvidas por membros do grupo, que abrangem experiências de escutas do mal-estar e do sofrimento docente no ensino básico e superior públicos.

O “Compartilha”, como costuma ser chamado, surge como um núcleo de estudos, pesquisa e extensão que une dois grupos: o “Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Psicologia e Educação” (GEPEPE) e o “Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão sobre Violência e Contextos Sociais” (GEPEVICS). Os grupos atuam de forma conjunta desde 2017, com a proposta de interlocução entre as linhas de pesquisa do PPGP/UFSM<sup>2</sup>. Como, neste escrito, serão abordadas pesquisas produzidas pelo núcleo, a seguir, contextualizamos suas principais atividades, concepções e posicionamento ético-político.

O Núcleo Compartilha, através do ensino, da pesquisa e da extensão, coloca-se como um espaço de fala e escuta sobre as demandas existentes nos ambientes educacionais, bem como suas influências políticas e sociais. Os espaços de circulação da palavra se dão através de encontros abertos e de

---

<sup>1</sup> Consideramos o agravamento das condições de vulnerabilidade social e psíquica a partir do início da pandemia de Covid 2019, cujos efeitos ainda não estão totalmente dimensionados. A primeira pesquisa aqui apresentada foi desenvolvida ao longo do período pandêmico. Já a segunda foi finalizada no início deste período. Os espaços de escuta seguem sendo ofertados pelas ações de extensão do Núcleo até o presente momento.

<sup>2</sup> O referido programa abrange duas linhas de pesquisa: “Saúde, desenvolvimento e contextos sociais” e “Problemáticas de saúde e contextos institucionais”.

participação em eventos acadêmicos (ensino), além de rodas de conversa e de outras vivências<sup>3</sup> que abrangem a rede de ensino pública (extensão), sendo que muitas das ações de extensão são planejadas a partir das pesquisas realizadas pelo grupo, como forma de continuidade do trabalho e da interlocução junto à comunidade escolar. O grupo também visa a fazer pesquisa como forma de resistência aos discursos adocedores que permeiam a educação, buscando, ainda, validar e valorizar as demandas, reivindicações e questionamentos feitos por professores(as), alunos(as) e demais envolvidos(as) no processo de ensino-aprendizagem. Portanto, entendemos que “evita-se, assim, o ‘sono’ positivista de querer um saber de especialista, uma expertise, uma mestria que explique o sujeito antes que ele se elabore ou desloque em si mesmo” (PEREIRA, 2016, p. 84).

Ademais, acolher a diversidade é um fundamento ético do Núcleo, inclusive na pluralidade de abordagens e de formas de pensar o sujeito e sua constituição, colocando-as em diálogo e refletindo sobre as intersecções possíveis, a exemplo do que realizamos no presente texto, com duas pesquisas de integrantes do grupo. Também buscamos propor leituras críticas da relação sujeito e sociedade, com a escuta das implicações dos fenômenos sociopolíticos na constituição da subjetividade, o que passa pelas interrogações acerca do neoliberalismo e seus modos de subjetivação, em que o contexto de trabalho docente sofre com suas influências e implicações. Então, nossa perspectiva de trabalho se coaduna ao que Jacó-Vilela (2023) refere sobre a psicologia crítica, termo que apresenta muitas vertentes e facetas, as quais têm em comum, segundo a autora,

[...] o questionamento ao modelo da Psicologia dominante no mundo ocidental e nos espaços onde a influência estadunidense chegou. Ou seja, questiona-se uma Psicologia a-histórica, individualista e individualizante, etnocêntrica (e neste sentido, branca, masculina, cristã), utilitarista e adaptativa (JACÓ-VILELA, 2023, p. 9).

Em consonância, o Núcleo Compartilha desenvolve suas atividades de formação e atuação em processos educativos, clínicos, psicossociais, institucionais, comunitários, dentre outros, a partir da perspectiva crítica, em especial da Psicologia Escolar e Educacional (PEE), que, conforme Souza (2017), tem como principais balizadores o compromisso com a educação e com a escola democrática; a compreensão da realidade escolar nas dimensões sociais, históricas, culturais, institucionais e pedagógicas dos fenômenos escolares; e a inserção de uma práxis participativa e crítica no interior das escolas, sendo tal práxis interdisciplinar e intersetorial.

---

<sup>3</sup> Tais vivências abrangem a participação em reuniões da escola onde ocorrem as ações de extensão e o acolhimento de demandas das famílias, alunos(as), professores(as) e funcionários(as) desta escola. Ressaltamos que uma das combinações estabelecidas com a instituição para a realização das atividades é de que elas sejam efetuadas dentro da carga horária letiva, a fim de não sobrecarregar os(as) profissionais com horários extras, bem como para que sejam contemplados(as) todos(as) os(as) estudantes, uma vez que a realização no contraturno certamente excluiria muitos(as) de participarem das ações. Além disso, busca-se o envolvimento com a comunidade como um todo, através do vínculo com as redes e equipes de saúde, com a assistência social e com movimentos culturais do local. A luta política também é uma das prioridades do fazer da extensão, que acompanha os(as) trabalhadores(as) da educação em movimentos de greve e paralisações.

Segundo a autora aludida, as perspectivas teórico-metodológicas sob o viés crítico, concebem os fenômenos psicológicos e educativos como produzidos em uma sociedade de classes, marcada pela desigualdade social. No entanto, mesmo que a escola reproduza a desigualdade e as relações de dominação presentes na sociedade, ela é um espaço privilegiado de apropriação do conhecimento socialmente acumulado e da crítica social. É a partir de tais princípios que apresentaremos, neste artigo, duas pesquisas realizadas pelo Núcleo, as quais consideramos que constroem importantes reflexões acerca do tema.

Cabe assinalar também que a atuação em PEE, na perspectiva crítica, abrange os(as) trabalhadores(as) das instituições educativas, portanto, os(as) professores(as). Se hoje o trabalho da PEE abarca os(as) profissionais da educação, destacamos que nem sempre foi assim e que a trajetória percorrida não se deu sem intercorrências. Esse ramo enfrentou significativas e profundas mudanças nos últimos quarenta anos (CONDE, 2020). Como sinalizam Firbida e Vasconcelos (2018), o desenvolvimento da Psicologia no Brasil, especialmente da PEE, foi balizado por práticas patologizantes e higienistas, pautadas em teorias que deslocam problemas sociais para o indivíduo, nesse caso, o(a) estudante, sob influências do modelo médico-clínico de atuação profissional. Resistências a esse modo dominante de atuação intensificaram-se ao final da década de 1970, abrindo espaço para a progressiva consolidação da perspectiva crítica. O marco das transformações aludidas é o início da década de 1980, com Maria Helena Souza Patto, que impulsionou a alteração do paradigma de compreensão do chamado “fracasso escolar”.

As transformações de concepção a partir do movimento crítico mencionado, como refere Souza (2020), colocaram em voga discussões sobre direitos humanos, políticas públicas e inserção da Psicologia em diferentes contextos e formas de intervenção, com um novo modelo de atuação, de caráter ético-político, centrado em ações institucionais e promoção de saúde. Tais alterações impulsionaram a mudança do foco no aluno com dificuldades para o entendimento da complexidade do campo da educação, passando-se a olhar para os processos institucionais, com compreensão macro dos fenômenos escolares. As mudanças ampliaram a atuação e, portanto, houve a abertura para o trabalho da PEE com os(as) professores(as).

Isto posto, seguimos com o desenho metodológico do estudo, o qual abrange pesquisas que propõem escutas de docentes, integrando conhecimentos convergentes da PEE na perspectiva crítica e da psicanálise. Registramos, ainda, em consonância com os fundamentos e pressupostos da psicanálise, a afinidade com a intenção de lermos, no sujeito, um manuscrito estranho, pouco legível, repleto de irregularidades, remendos, inconsistências e mensagens parciais, escrito com significantes que representam o mais singular – e não o que é padrão – da ordem das regularidades. Por meio dessa abordagem e de suas proposições no que se refere também ao pesquisar, o trabalho pressupõe que, para além do texto final, há sempre um manuscrito que aguarda análise (PEREIRA, 2012).

## Desenho Metodológico

Eis a meu ver o lugar para o qual a psicologia e a psicanálise são convocadas: o de fazer falar. Mas não é um fazer falar trivial, sem consequências [...] é sim um fazer falar que politize o sujeito ou a instituição, um fazer falar que seja conduzido por uma ética de si, por uma implicação e por uma responsabilidade (PEREIRA, 2012, p. 27).

Amparados(as) no trecho acima, contemplamos, neste artigo, fragmentos de duas pesquisas<sup>4</sup> que abordam o mal-estar e o sofrimento docente, ambas de abordagem qualitativa, pautadas na pesquisa-intervenção de orientação clínica. Antes de descrever este método, o primeiro aspecto que destacamos é que consideramos como premissas da PEE em sua atuação a escuta e a conduta psicológicas, que são, essencialmente, clínicas. Como referem Marinho-Araujo e Almeida (2014, p. 91), a escuta psicológica exige envolvimento com o outro, “em um encontro intersubjetivo de sujeitos em posições diferentes, mas que coproduzem os sentidos da singularidade e a complexidade do fenômeno compartilhado”. Já a conduta psicológica contempla a articulação de uma formação teórica adequada a uma forma ética de pensar e agir.

Outrossim, as autoras mencionam que a intencionalidade pela transformação é premissa da escuta psicológica<sup>5</sup> (ou escuta clínica<sup>6</sup> psicológica), que é uma complexa mescla entre o psíquico e o social, sendo sempre uma escuta ativa. Para realizar seu trabalho específico na escola, a Psicologia deve tomar como base a “sensibilidade da escuta dos processos intersubjetivos construídos na complexidade deste cenário” (MARINHO-ARAÚJO, ALMEIDA, 2014, p. 90).

Frente ao exposto, compreendemos a orientação clínica de trabalho firmada em um pensamento e uma atitude clínica (PEREIRA, 2012; 2016) – entendendo que a clínica não se reduz somente às práticas

---

<sup>4</sup> As pesquisas são: “As faces da violência do estado no fazer docente: a compreensão de professores e professoras da rede pública municipal de ensino de uma cidade do interior do RS”, de autoria de Danilo Peres Bemgochea Junior e Samara Silva dos Santos, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFSM com o parecer substanciado nº 4.825.257; e “Expressões contemporâneas do mal-estar na universidade: temporalidade e escritas da experiência”, de autoria de Gabriela Oliveira Guerra, Taís Fim Alberti e Camilla Biazus, aprovado pelo CEP da UFSM por meio do parecer substanciado nº 3702304.

<sup>5</sup> Salientamos que na terceira edição da obra “Psicologia Escolar: construção e consolidação da identidade profissional” as autoras utilizam o termo “escuta clínica”, uma vez que, na quarta edição, o termo foi alterado, sendo utilizado “escuta psicológica”. Por isso citamos os dois aqui, como sinônimos.

<sup>6</sup> Atualmente, deparamo-nos com alguns equívocos quanto ao termo “clínico(a)” e a afirmação de que o(a) psicólogo(a) escolar “não faz clínica”. Concordamos com esta afirmação no que diz respeito a não realizarmos, neste campo específico da Psicologia, atendimento clínico nos moldes tradicionais, ou seja, a psicoterapia (por distintas razões, que não temos a intenção de aprofundar aqui). Entretanto, entendemos que nossa escuta, olhar e fazer são clínicos, independente do nosso *locus* de inserção ou área de atuação. Assim, registramos que a compreensão de clínica que nos ampara e que é inerente à psicologia em geral e, portanto, à PEE, é a noção representada pelas palavras de Ardoino (1989), apud Cifali (2001, p. 104): “Hoje, é propriamente clínico aquilo que deseja apreender o sujeito (individual e/ou coletivo) através de um sistema de relações (constituído enquanto mecanismo, isto é, no interior do qual o prático ou o pesquisador, assim como seus parceiros, se reconhecem efetivamente envolvidos, quer se trate de visar à evolução, ao desenvolvimento, à transformação desse sujeito ou à produção de conhecimentos em si, como também para ele ou para nós). (...) mais propriamente de uma sagacidade (perspicácia) de acompanhamento em um período de intimidade partilhada da qual, assim como o trabalho do historiador, os exemplos psicanalítico, socioanalítico, etnológico, etnográfico e mesmo etnometodológico podem nos dar uma idéia”. Em consonância, Pereira (2012, p. 31) indica que “a clínica em sentido amplo é aquilo que, perante uma problemática complexa, possui as regras e dispõe de meios teóricos e práticos para avaliar a situação, pensar intervenções, pô-las em prática, analisar seus efeitos e ‘corrigir a pontaria”.

de consultório. Essa orientação constitui-se como dispositivo produtor de reflexões no sujeito e no coletivo sobre sua prática, experiências e saberes, tensionando possíveis deslocamentos de posições subjetivas que, muitas vezes, sustentam o mal-estar e o sofrimento no trabalho institucional. Em associação à proposição do autor, também tomamos como inspiração o escrito freudiano de 1914 - *Lembrar, repetir, perlaborar*<sup>7</sup>, cujo princípio, aplicado ao campo da educação, deve ser capaz de fazer falar para que o sujeito não só lembre e relate sua experiência, mas tenha a chance, ao repeti-la em sua própria fala, de teorizá-la de modo singular, de responsabilizar-se pelo que fala e, quem sabe, de elaborar-se subjetivamente (PEREIRA, 2012).

Concebemos que o campo da pesquisa por vezes não dá conta dessa proposição e, por isso, buscamos a indissociação ao trabalho de extensão para que este espaço-tempo possa se distender, favorecendo uma elaboração. Este cuidado ético tensiona inclusive a ideia de uma “devolutiva” do trabalho de pesquisa aos seus participantes, comumente entendida no meio acadêmico como a responsabilidade do pesquisador de retornar ao campo da pesquisa após sua conclusão. Por meio da extensão, entendemos que se constituem possibilidades de fazer da vivência experiência no ato de compartilhar, narrar e transmitir (BENJAMIN, 2012/1933), promovendo deslocamentos de sentido e de significantes, impulsionadores de mudanças subjetivas. Ainda, destacamos os efeitos e as reverberações de um trabalho de pesquisa no próprio pesquisador, elaborações que sustentam a criação de novas intervenções.

Nesse sentido, a pesquisa-intervenção de orientação clínica, de acordo com Pereira (2012), é um método possível ao(a) psicanalista e ao(a) psicólogo(a) no campo educativo. Para o autor, a orientação clínica do trabalho leva o sujeito a refletir sobre sua prática, ações e saberes, bem como a compreender fenômenos e fomentar soluções. Por isso, entendemos que esse método se coaduna aos princípios das pesquisas desenvolvidas por integrantes do Núcleo Compartilha, tendo servido como inspiração também para as pesquisas ora contempladas.

Vale destacar, ainda segundo Pereira (2016), que a pesquisa-intervenção ultrapassa a pesquisa-ação e a pesquisa participante, uma vez que trabalha mais com as singularidades discursivas e menos com as regularidades, ou seja, preocupa-se prioritariamente com as formas singulares do ser falante do que com as grandes categorias de pesquisa, o que justifica termos nos centrado nas falas e nos escritos dos participantes das nossas pesquisas. Por isso, esse método assume uma intervenção de caráter micropolítico ou microfísico. O autor revela também que estudos de pesquisa-intervenção têm crescido no âmbito da saúde, da educação e do direito, apresentando-se como um modo alternativo de investigação, “já que propõe pesquisas com sujeitos e não sobre eles” (PEREIRA, 2016, p. 73), pressuposto que fundamenta as pesquisas retratadas neste artigo.

---

<sup>7</sup> FREUD, Sigmund. Lembrar, repetir, perlaborar (1914). In: Fundamentos da clínica psicanalítica. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

Além disso, a pesquisa-intervenção tem sido significativa em “pesquisas com grupos politicamente minoritários, socialmente reclusos ou estigmatizados”, coadunando-se à construção sociocultural daquilo que se investiga. É uma “proposta de possível atuação transformadora da realidade subjetiva, para além de apenas compreendê-la, já que põe em cena uma intervenção de ordem singular e micropolítica na experiência social” (PEREIRA, 2016, p. 73). Nesta pesquisa, com a orientação psicanalítica, atenta-se muito mais às peculiaridades de como um acontecimento é ordinariamente repetido ao ser narrado, e não apenas recordado ou relatado.

Diante disso, a pesquisa-intervenção de orientação clínica dialoga com as pesquisas em questão, nas quais foram possibilitadas a escuta das experiências de professores(as) da rede pública de ensino, sendo que uma abrangeu escutas por meio de entrevistas com docentes da educação básica e a outra a proposição de escritas da experiência com docentes da educação superior. Ressaltamos, pois, amparados(as) também em Pereira (2012), que a concepção de sujeito que defendemos em nosso trabalho é a do sujeito como efeito do discurso, das relações e dos laços que os produzem, cujas palavras estão materializadas nas falas e escritas endereçadas. Tais discursos produzem efeitos de verdade, revelando algo para além. Assim, em nossas pesquisas, procuramos estar sempre advertidos do efeito dos determinantes discursivos no universo educacional: determinantes sociais, culturais, étnicos, raciais, de gênero. Ainda, em consonância às proposições do autor, tomamos a suspeita como fundamento do trabalho, no sentido de que, na falha de um discurso, surge espaço para emergir um sujeito como pura singularidade, afinal:

Ao lado das teorias consolidadas e dos discursos hegemônicos, é necessário pensar as fendas discursivas, os atos de fala, que revelam as verdades sobrepostas, as intenções estranhas, as farsas sociais, os confrontos, as imprevisibilidades, ou seja, as subjetividades construídas como efeito de tais discursos (PEREIRA, 2012, p. 31).

Frente ao exposto, este estudo teve o propósito de apresentar e discutir alguns resultados das pesquisas já citadas, interseccionando pontos de ambas que demonstram, a partir da escuta de docentes, manifestações do mal-estar e o sofrimento na contemporaneidade. Consideramos, pois, que a atribuição da psicanálise nas pesquisas “deve ser a de colocar em suspeição qualquer concepção generalista de discurso, que, com seus métodos, sistemas e jogos de força, pode desprezar o lugar de experiências microfísicas, singulares e capilares” (PEREIRA, 2016, p. 70).

Neste trabalho, as entrevistas e as escritas de experiência recolhidas nos estudos<sup>8</sup> foram analisadas por meio do método da análise clínica do discurso, proposta pelo mesmo autor, a partir da observação de suas singularidades, procedendo à “decifração dos significantes” (PEREIRA, 2016, p. 85), com o

---

<sup>8</sup> Optamos por apresentar os depoimentos recolhidos em nossas pesquisas de forma literal, em itálico, no corpo do texto, sem utilizarmos distinções quanto à caracterização dos(as) participantes, como forma de darmos o devido destaque ao que escutamos e às vozes e reflexões explicitadas. Levando em conta os limites da apresentação em um artigo, selecionamos alguns recortes, considerando que as construções dos(as) demais participantes se associam às elaborações apresentadas no escrito.

cuidado de não se pressupor significados. Os significantes recolhidos das pesquisas e que se entrelaçam, dando nomes ao mal-estar e ao sofrimento tanto na educação básica quanto no ensino superior, no universo da educação pública, são: o silenciamento, o desamparo, a apatia o esgotamento, a sobrecarga, a burocratização; a adaptação, a produtividade e a velocidade. Para melhor compreensão do texto e para que os significantes apontados sejam referenciados, “fazendo falar” os sujeitos, como mencionado por Pereira (2012) na citação que abriu a descrição deste método, as pesquisas serão apresentadas nos dois subcapítulos a seguir.

### **Escutas do mal-estar e do sofrimento docente: o Estado como produtor de violências**

Uma das pesquisas desenvolvidas pelo Núcleo teve como objetivo analisar a compreensão de professores(as) quanto às violências praticadas pelo Estado em seus contextos de trabalho. Tal pesquisa foi realizada durante a pandemia<sup>9</sup>, através de entrevistas com professoras que trabalham com a educação básica da rede pública municipal da cidade onde o estudo foi realizado. As maneiras como as exigências do Estado modelam a educação também foram investigadas, o que apontou a falta de tempo e espaço para o diálogo e a mobilização política dos(as) professores(as). A partir de tais investigações, a pesquisa culminou em como as exigências do Estado quanto à educação podem afetar a saúde física e psíquica dos(as) docentes. Além disso, ficou evidente a relação entre o cuidado de si e o cuidado com os alunos e a comunidade, sendo importantes ferramentas para a sustentação do fazer docente e do papel político e social da profissão. Diante do exposto, evidencia-se que o papel do Estado vai justamente na contramão do cuidado com a saúde dessa classe trabalhadora.

A pesquisa indica qual Estado está sendo falado, ressaltando que este segue os preceitos do neoliberalismo nas suas tomadas de decisões. Tais princípios impulsionam a precarização e a desvalorização do público em relação ao privado, bem como contribuem com a sobrecarga do trabalho docente, prezando-se pela produtividade em detrimento da saúde. Condizente com a ideia de que o Estado necessita manter o sistema vigente em funcionamento, Mészáros (2006) afirma que toda sociedade necessita da sustentação de um sistema próprio de educação. Nesse sentido, a educação formal torna-se mais uma ferramenta para a manutenção do sistema capitalista, visando à reprodução de indivíduos que estejam de acordo como o sistema dominante:

Se essas instituições – incluindo as educacionais – foram feitas para os homens, ou se os homens devem continuar a servir às relações sociais de produção alienadas – esse é o verdadeiro tema do debate. A “contestação” da educação, nesse sentido mais amplo, é o maior desafio ao capitalismo em geral, pois afeta diretamente os processos mesmos

---

<sup>9</sup> Devido à pandemia, as entrevistas foram realizadas de forma online, buscando o cuidado ético de não sobrecarregar ainda mais os(as) professores(as) naquele momento. É importante ressaltar que o contexto pandêmico permeou as falas dos(as) participantes.

de “interiorização” por meio dos quais a alienação e a reificação puderam, até agora, predominar sobre a consciência dos indivíduos (MÉSZÁROS, 2006, p. 275).

A partir disso, Fernandes (2017) afirma que o Estado desempenha uma função central no campo de trabalho docente, sendo tanto o empregador dessa classe de trabalhadores(as), como quem cria as políticas educacionais. Historicamente, o Estado exerce seu controle sobre a educação tanto pública quanto privada, pois a segunda também encontra-se sob sua responsabilidade. Dessa forma, os atuais ditames neoliberais entram em cena, através de formações técnicas, conteudistas<sup>10</sup> e esvaziadas de sentido, direcionadas à determinada classe social, tornando-se campo de disputa até mesmo de empresas que têm como objetivo transformar a educação em mercadoria. Tais características aparecem como “pano de fundo” para o sofrimento, diante de exigências de perfeição e produtividade, desencadeadoras do sentimento de culpa, como referido durante uma das entrevistas:

*Eu também tive minha parcela de culpa, né? Eu assumo isso. Eu deixei para aprender os recursos e os instrumentos tecnológicos num momento de guerra, num momento de alta necessidade que não se tinha outra escolha. Se eu tivesse aprendido antes, eu não teria sofrido tanto, mas que trouxe prejuízos para minha saúde, sim. Eu envelheci 5 anos em 1, 2 anos, entendeu? Com certeza.*

A fala da professora ilustra os efeitos que a pandemia trouxe ao trabalho docente. No entanto, a culpabilização individual e o sentimento de que não se tem outra escolha fazem parte da realidade docente, afetada pelos ditames do neoliberalismo. Safatle, Silva Junior e Dunker (2020) trazem a moralidade neoliberal como indiscutível, carregada de ideais de eficiência e eficácia, na busca por tornar os sujeitos cada vez mais produtivos. Nesse sentido, chamou nossa atenção que as falas envolvidas pelo contexto pandêmico trazem consigo algo da rotina docente, presentes antes e depois da pandemia. Ainda, é possível perceber isso na rotina escolar, através das práticas de extensão, sendo que há relatos frequentes dos(as) docentes quanto à pressão por se adaptar às condições de trabalho, que gera sobrecarga e degrada sua saúde física e psíquica. No decorrer da pesquisa, isso ficou explícito nas falas dos(as) entrevistados(as):

*E agora, na pandemia, acho que não teve mês marcado para isso, porque foi todo um processo de adaptação e de aprendizagem ao mesmo tempo, de coisas novas. Então, eu percebo que afetou essa pressão de aprender, de se adaptar e de dar uma resposta imediata.”; “Em termos assim das condições de trabalho, né, de demandas assim, às vezes, muitas vezes sobrecarregada de demandas, muitas vezes eu não consigo dar conta de todas elas e eu me sinto muito exigida para dar*

---

<sup>10</sup> Registramos que essas expressões se referem à concepção produtivista de educação, que precariza a formação, limitando-a à instrumentalização mínima da classe trabalhadora, tida meramente como “mão de obra”, sendo que Saviani (2009) adverte também sobre o aligeiramento do ensino destinado às camadas populares. Desse modo, criticamos esta concepção e nos somamos à defesa desse autor de que a escola deve propiciar o acesso ao conhecimento (conteúdos), que tem perdido espaço na educação. Como sinaliza Saviani (2009, p. 59), “Os conteúdos são fundamentais e, sem conteúdos relevantes, conteúdos significativos, a aprendizagem deixa de existir, ela se transforma num arremedo, ela se transforma numa farsa”. Ainda, o autor alega que a prioridade de conteúdos é a única forma de lutar contra a farsa do ensino, sendo que o domínio da cultura é indispensável para a participação política das massas. Logo, se as camadas populares não dominarem os conteúdos culturais, também não poderão fazer valer os seus interesses, uma vez que estarão desarmadas contra os dominadores, os quais se servem justamente desses conteúdos culturais para legitimar e concretizar a sua dominação. Nas palavras do autor, “dominar o que os dominantes dominam é condição de libertação” (SAVIANI, 2009, p. 59).

*conta. E às vezes a gente percebe que a gente não pode ser humano para dar conta de toda a burocracia que é exigida.”; “Eu acho que afeta sim porque eu nunca consigo me desligar, são raros os momentos que eu consigo me desligar.”; “É muita sobrecarga, é trabalho, é a formação e é a questão da valorização financeira que não acontece. Então tudo isso no emocional da gente acaba pesando, né?”*

Diante disso, fica evidente que a desvalorização financeira e a falta de tempo para cuidar de si fazem parte da rotina docente. Corroborando com o exposto, Facci et al. (2017) referem que, apesar da ideia de adoecimento como algo da ordem do individual, este aparece como uma forma de resistência frente às péssimas condições de trabalho produzidas pelo processo histórico. Logo, o adoecimento reflete uma forma de não compactuar com a desvalorização docente e seu fazer.

Além disso, nas escutas possibilitadas pelas atividades de extensão, fica explícito que, muitas vezes, os(as) professores(as) passam mais tempo preenchendo documentos do que dando conta de demandas importantes, tanto dos alunos quanto do cuidado de si, o que entendemos como uma expressão da racionalidade técnica, disfarçada de eficiência. Inclusive, movimentos de mobilização política são tolhidos por ferramentas burocráticas criadas justamente com este intuito. Soares e Martins (2017) denunciam o trabalho intensificado pelas tarefas burocráticas, o que leva professores e professoras à sobrecarga e ao adoecimento, ou seja, outro fator que contribui para a precarização do trabalho docente.

Outro exemplo disso foi a necessidade de justificar e recuperar as horas-aula de cada professor(a) que participou da “operação tartaruga”<sup>11</sup> no município, sendo exigido também o preenchimento de formulários eletrônicos para oficializar os registros. Assim, esta é uma forma do Estado punir e desencorajar a luta da categoria que busca, entre outras coisas, melhores condições de trabalho. No entanto, momentos como os relatados a seguir trazem à tona a importância política de educação, em que cada professora encontra formas singulares de resistir:

*A gente fecha... hoje a gente não pode fechar a porta da sala em função do COVID, mas enfim, a gente fecha a porta da sala de aula e a gente... claro, trabalhando com ética, né? A gente mobiliza esse processo de resistência. Nesse sentido assim que o professor, ele tem autonomia sim para realizar esse processo de resistência. Mas ela é micro, né? A gente não vai conseguir de cima para baixo, não. São esses pequenos movimentos que eu vou fazendo no meu cotidiano, que eu consigo te dizer que eu resisto.*

Por meio das entrevistas, fica evidente também a consciência dos(as) professores(as) sobre as ferramentas de controle utilizadas pelo Estado. Reiteramos que “os(as) participantes da pesquisa destacam a criticidade, o olhar humano e o papel político e social da educação como fatores de possíveis mudanças.” (BEMGOCHEA JUNIOR e SANTOS, 2022). Sendo assim, a educação se faz para além do pedagógico, através do cuidado e do respeito de si e com o outro, que também aparecem como formas de resistência em um cenário de adoecimento tanto físico quanto psíquico. As palavras a seguir

---

<sup>11</sup> Tal expressão representa movimentos de paralisação dos(as) profissionais da educação básica para não entrar em greve diretamente, realizados no município no ano de 2023, como forma de reivindicar os direitos trabalhistas, principalmente o reajuste salarial.

demonstram o quanto a educação pode ser uma ferramenta que ameaça a “moralidade indiscutível” do sistema neoliberal:

*[...] por que o professor expõe uma opinião diferente do que a massa compreende, aquilo ali pode gerar um...claro, ninguém quer que pense né, todo mundo é contra a educação exatamente por isso né. Quando o povo começar a pensar vai ser difícil.*

Mesmo diante de tal elucidação sobre o papel do Estado na manutenção da dinâmica neoliberal, evidencia-se a naturalização da violência sofrida pelos professores e a dificuldade de se nomear tais ferramentas e atitudes do Estado como “violências”, pois muitas delas aparecem de maneira sutil e mascarada. Aqui, ressaltamos novamente a importância da pesquisa tornar-se um espaço de fala e escuta, em que os sujeitos possam elaborar “novos sentidos ou novos significantes para suas experiências” (PEREIRA, 2016, p. 75):

*Sabe que me chamou atenção ali, quando eu estava lendo o termo de participação da pesquisa. E eu fiquei pensando assim, vou dizer bem como eu pensei tá? Eu fiquei pensando assim, que coragem que eles tiveram de fazer o título da pesquisa, foi bem o que passou na minha cabeça tá. De fazer o título da pesquisa, falando com a palavra violência do Estado. Porque para mim foi uma palavra forte, né? Mas é uma palavra que é sincera, que é verdadeira porque é sim uma forma de violência. Com certeza, né? [...] Porque no popular, quando a pessoa fala em violência, as pessoas pensam diretamente na agressão física, né? No geral assim. Ninguém pensa nessa violência em relação a..., principalmente a tua mente.*

Evidenciamos, portanto, que as diferentes formas de produção e prática de violências do Estado, por vezes difíceis de serem percebidas como tal, contribuem para o adoecimento docente. Sem voz, silenciados(as) e despidos(as) de dignidade humana, assistimos atualmente ao adoecimento físico e psíquico em massa de professores e professoras. Diante disso, questionamo-nos: o que o Estado tem a ver com isso? A potência do ato de nomeação dessas relações e expressões se faz presente na fala das docentes, abrindo espaços de elaboração do vivido. O poder dessas nomeações e a ameaça que elas representam para o sistema demonstram também a valência dessa forma de fazer pesquisa e ciência. Em um mundo onde, cada vez mais, é difícil encontrar espaços para reflexão, o presente escrito traz para a cena diversos questionamentos, os quais serão desenvolvidos na próxima seção, sem a pretensão de esgotá-los: Existe um inconsciente neoliberal? De que forma tal modo de vida adentra nossa sociedade como uma verdade única? Em uma sociedade de verdades absolutas, que espaço ocupa a educação crítica e questionadora? Diante disso, qual o lugar no mundo do sujeito-professor(a)? O (des)valor da educação não estaria diretamente relacionado com um mundo apressado e sem limites? Não seria a pressa inimiga da reflexão?

## Por entre escritas e inscrições da experiência: nomeações do mal-estar e do sofrimento docente frente à racionalidade neoliberal

A outra pesquisa discutida neste artigo é que partilha algumas questões levantadas intitulada-se “*Expressões contemporâneas do mal-estar na universidade: temporalidade e escritas da experiência*”<sup>12</sup>. A pesquisa, produzida a partir do trabalho de extensão no campo da psicologia escolar e educacional universitária e da psicologia clínica, teve como objetivo problematizar a dimensão sociopolítica do sofrimento psíquico, suas expressões e formas de reconhecimento, bem como refletir sobre os fenômenos sociais do nosso tempo, os processos de subjetivação e as estratégias de inscrição no laço social na contemporaneidade. Ainda se propôs a refletir sobre a construção de dispositivos de escuta e intervenção (GUERRA, ALBERTI e BIAZUS, 2020). Os participantes da pesquisa – técnicos, docentes e discentes do ensino superior – foram convidados a construir escritas da experiência em associação livre sobre como o tema da pesquisa convocava suas vivências e experiências.

Conforme Rosa (2015), a dimensão sociopolítica do sofrimento implica as questões do sujeito enredadas às institucionais, sociais e políticas e considera os efeitos do desamparo discursivo na construção de táticas clínicas que “remetem tanto à sua posição desejante no laço com o outro, como às modalidades de resistência aos processos de alienação social” (ROSA, 2015, p. 30). As reflexões produzidas acerca dos efeitos dos discursos que organizam o laço social nas vivências universitárias, a partir da pesquisa citada, junto às escritas de experiência, sustentaram problematizações sobre nossos modos de ser e de viver, modos de produção e de circulação dos afetos. Precipitados da experiência que decantam de narrativas diversas, os significantes constituem formas de nomear o mal-estar, de fazer registro e inscrição do que inquieta, do que produz sofrimento: o *desamparo*, a *velocidade*, a *estagnação*, a *sobrevivência*, o *esgotamento*, a *indiferença*, o *silenciamento* (GUERRA, ALBERTI e BIAZUS, 2021).

Nesse sentido, destacamos as indagações produzidas pela pesquisa acerca das “construções da gramática de sofrimento manifesto no cenário educacional e de uma racionalidade específica neste âmbito” (GUERRA, ALBERTI e BIAZUS, 2020, p. 61). Na interlocução entre as pesquisas abordadas neste artigo, percebemos esta lógica como muito familiar às instituições de ensino em geral:

(...) institucionalizando formas de gestão do sofrimento e de administração do mal-estar, atreladas às formas de laço social contemporâneas, bem como aos modos atuais de estruturação do sistema universitário e suas lógicas de produção. Uma lógica por vezes perversa, hostil, violenta, produtora de indiferenças, intolerâncias e segregações. De inibições, silenciamentos e passagens ao ato (GUERRA, ALBERTI e BIAZUS, 2020. p. 61).

---

<sup>12</sup> A primeira produção desta pesquisa foi publicada na Revista Tempo Psicanalítico, v. 53, n. 2 (2021) e está disponível em: <https://tempopsicanalitico.com.br/tempopsicanalitico/article/view/535>.

Dessa forma, a pesquisa sustentou – e ainda sustenta – a partir de suas produções, a criação de dispositivos de intervenção clínico-política pelo trabalho das pesquisadoras no contexto universitário. A pesquisa também corrobora com o estudo desenvolvido por Maia (2022), o qual destaca o neoliberalismo como modo de produção de subjetividades, governamentalidade dos corpos e gestão do sofrimento psíquico.

Como uma primeira problematização para pensarmos o mal-estar e o sofrimento docente na contemporaneidade, pensamos ser importante nos situarmos frente à racionalidade neoliberal (DARDOY e LAVAL, 2016) ou ao realismo capitalista (FISCHER, 2020), refletindo sobre suas implicações psíquicas e as transformações produzidas nas relações de trabalho, relacionando-as ao campo da educação. O realismo capitalista, de acordo com Fischer (2020, p. 10), refere-se ao “sentimento disseminado de que o capitalismo é o único sistema político e econômico viável”, não sendo possível imaginarmos uma alternativa, como uma “atmosfera penetrante, que condiciona não apenas a produção da cultura, mas também a regulação do trabalho e da educação - agindo como uma espécie de barreira invisível, limitando o pensamento e a ação” (FISCHER, 2020, p. 33). O autor refere que tal sentimento, ao longo da história, tornou-se uma profecia brutalmente autorrealizável.

Dardot e Laval (2016, p. 17) definem o neoliberalismo como “a razão do capitalismo contemporâneo, o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens”. Para os autores, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, o neoliberalismo define-se “fundamentalmente como uma racionalidade que tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas também a própria conduta dos governados”. Assim, a racionalidade neoliberal caracteriza-se pela “generalização da concorrência como norma de conduta e princípio universal e da empresa como modelo de subjetivação” (DARDOY e LAVAL, 2016, p. 17).

A expressão dessa racionalidade se faz presente na escrita de um docente participante da pesquisa:

*[...]acompanhei os primeiros alunos ingressantes até a graduação, podendo, desta forma, visualizar e monitorar o “produto” que estávamos entregando ao mercado. [...] O desafio das instituições públicas atualmente é conciliar as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Somos contratados para o ensino, porém esse “tripé” é indissociável para o exercício da docência. Dessa forma, o grande estresse encontra-se nessa habilidade de exercer todas essas atividades de forma satisfatória. [...] Essa multifuncionalidade ativa me coloca em uma situação de movimento frenético, que ora se constitui em diversos cenários de atuação ampliando minhas habilidades e competências e ora me coloca em posição de fadiga. Além disso, o trabalho docente não finaliza na universidade. Há uma continuidade de atividades em casa, após o expediente, nas correções de provas, trabalhos, leituras de relatórios, construções de projetos, etc. Sendo assim, a organização do tempo para a realização de todas as atividades é um desafio, pois muitas atividades não são realizadas como gostaria, gerando algumas insatisfações. A cobrança por maior estudo em algumas áreas, especialmente na docência da graduação, me atualizando com a tecnologia existente é um desses fatores que me deixa em conflito. Da mesma forma, conciliar toda essa demanda com os assuntos familiares tem sido instigante, pois relativizar os cuidados com a família é algo complicado.*

*[...] A classificação docente nos órgãos de pesquisa, por produção docente, é um fator estressante, pois a elaboração de pesquisas estruturadas que despertem a classificação e investimento no projeto de autoria é insano. Esse fato contribui com a ansiedade docente. A exigência por produtividade convoca a um estado de constante tensão, pois interfere no andamento das atividades da pós-graduação. Os órgãos de fomento investem em pesquisadores experientes, com altos índices de publicação. Aqueles que mais publicam recebem a maior quantia de investimentos, gerando um feedback positivo. Por outro lado, aqueles com menores índices de publicação recebem poucos recursos, gerando um baixo índice produtivo. Esse fato gera um círculo vicioso.” [...] Estar em desconformidade com esse cenário é estar abaixo das expectativas governamentais, ao qual implicará em não recebimento de recursos.*

Corroboramos com a abordagem de Safatle, Da Silva Junior e Dunker (2020) sobre o neoliberalismo, a partir da natureza disciplinar de seu discurso, não apenas como modelo socioeconômico, mas também como gestor do sofrimento psíquico, como “uma forma de vida definida por uma política para a nomeação do mal-estar e por uma estratégia específica de intervenção com relação ao estatuto social do sofrimento” (SAFATLE, DA SILVA JUNIOR e DUNKER, 2020, p. 11). Citamos os autores:

*[...] a noção de "gestor" do sofrimento psíquico ganha importância em dois sentidos, a saber, como aquele que gera e aquele que gerencia. Pois o sofrimento psíquico é não apenas produzido, mas também gerido pelo neoliberalismo. Por isso, cabe compreender o neoliberalismo como uma forma de vida nos campos do trabalho, da linguagem e do desejo. Como tal, ele compreende uma gramática de reconhecimento e uma política para o sofrimento (SAFATLE; DA SILVA JUNIOR; DUNKER, 2020, p. 10).*

Pretendemos destacar, neste estudo, em consonância com as proposições de Dunker (2015), o conceito de sofrimento como uma noção-chave, pois localiza-se de modo intermediário entre os sintomas e sua regularidade clínica e o mal-estar, com suas conflitivas existenciais. Propomos a reflexão acerca do que se manifesta nos discursos dos(as) docentes aliado a essas construções, demarcando, junto ao que propõe Dunker (2015), a impossibilidade de compreendermos as configurações históricas do sofrimento psíquico sem partirmos da reconstrução prévia de seus vínculos com a experiência social. É nesse sentido que o autor situa o conceito como resposta às configurações de época. Ele define suas fontes ligadas à falta de experiências produtivas de determinação e às experiências da não identidade, destacando a natureza social e valência política do sofrimento. Dunker (2015) afirma que este é indissociável de uma experiência narrativa que mobiliza sistemas sociais de valores, narrativas e experiências fracassadas de reconhecimento. Aqui destacamos a implicação ética e política de nossas pesquisas e ações de extensão, ao proporcionar espaços de escuta que tensionam a individualização dessas expressões, bem como processos de excessivas nomeações psicopatologizantes.

No que tange a escolha do conceito de mal-estar, distanciamos-nos da compreensão deste simplesmente como antônimo de bem-estar e nos aproximamos das construções de Freud em seu escrito

de 1930<sup>13</sup>: o mal-estar como condição para a criação da cultura e da civilização, como a inescapável sensação frente à renúncia fundante da vida social, o saldo subjetivo diante do impedimento da satisfação pulsional (IANNINI e TAVARES, 2020). Dessa forma, trata-se de uma escolha política em nossas pesquisas e intervenções, que inclui a dimensão do laço social – relações e discursos que constituem o sujeito na busca por contornos frente ao desamparo.

Ao refletirmos sobre a escrita de experiência docente citada no trecho em destaque nos deparamos com a expressão do mal-estar e do sofrimento na forma dos conflitos impostos ao sujeito, as dualidades entre desenvolvimento constante de habilidades e conhecimentos e a multifuncionalidade que angústia e exaure. O imperativo de que não há alternativas parece se impor a todo instante, restando ao sujeito o movimento de adaptação. A naturalização de um discurso mercadológico e reducionista da experiência educativa aos imperativos produtivistas também se faz presente. O percurso da pesquisa citada buscou tensionar as formas de gestão desse sistema, evocando a dimensão micropolítica na construção de modos criativos de resistência, como formas de resposta do desejo às experiências de desestabilização provocadas. Insistimos na construção desses limiars e espaços possíveis, a contrapelo das imposições deste cenário obscuro, na produção de encontros que buscam os sujeitos da experiência (GUERRA, ALBERTI e BIAZUS, 2021).

### **Considerações finais**

Investigar e intervir sobre o mal-estar e o sofrimento presentes nas instituições de ensino implica compreender como as mudanças na sociedade brasileira na contemporaneidade e seus impactos na escola e na universidade interferem nos modos de subjetivação forjados no laço social. Destacamos a importância de fomentar espaços – tempo de reflexão, intervalos, limiars em que a experiência possa ser compartilhada e elaborada, forjando posições que se contraponham a uma destituição subjetiva e a construção de laços de cuidado. Ainda, pensamos ser imprescindível a constante reflexão sobre a formação no campo da psicologia para estarmos advertidos quanto à escuta da dimensão sociopolítica do sofrimento, expressa tão fortemente no discurso dos docentes em nossas pesquisas, bem como quanto à essencialidade da articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Isso coloca em cena o cuidado para não individualizar ou patologizar o sofrimento docente, produzido pelo Estado e sustentado pela racionalidade a este intrínseca, o que precisa ser amplamente discutido e trabalhado para que não se reforce a violência a partir das nossas práticas.

Destacamos aqui os significantes que se enlaçam na rede discursiva composta pelas falas e escritas endereçadas a nós em nossas pesquisas e ações de extensão, a fim de dar nomes ao mal-estar e ao sofrimento docente na contemporaneidade. Escutamos um silenciamento, expressão de um desamparo

---

<sup>13</sup> FREUD, Sigmund. O mal-estar na cultura. 2 ed. Porto Alegre, RS: L&PM, 2017(1930).

social e também discursivo, sentimentos de estagnação, indiferença, apatia, muito associados ao papel que o Estado desempenha como produtor da alienação e do desamparo, como representante da ordem vigente – a racionalidade neoliberal e suas formas de gestão. Ainda, a constante sensação de esgotamento, fadiga, tensão e sobrecarga, muito relacionadas às imposições de formas de gerenciamento do tempo e da burocratização dos processos de trabalho, com a consequente perda de sentido e dessubjetivação do lugar de professor.

A velocidade dos acontecimentos, as demandas de trabalho que nunca se esgotam e o movimento frenético produzem a sensação de não conseguir pausar, impedindo a constituição de espaços-tempo de elaboração dos acontecimentos e de produção de experiência. A culpa pela falta ou a sensação de “não conseguir dar conta” também aparecem relacionadas ao que se refere aos espaços de articulação política da classe, o que podemos pensar que sustenta um silenciamento comum.

Dessa forma, retorna a questão de como podemos insistir na constituição de experiências produtoras desses espaços-tempo de fala e de cuidado compartilhado, sem recuarmos frente ao que parece se impor como profecia brutalmente autorrealizável ou falta de alternativas. Assim, nos somamos aos esforços de construção de testemunhos e registros de como essa racionalidade e suas violências se expressam na sociedade brasileira e nas instituições de ensino, fazendo referência à precarização de investimentos e recursos, à demonização da educação, aos constantes atos de censura a conteúdos que sustentam a formação de um pensamento crítico, questões que se somam como produtoras de mal-estar e sofrimento. Nossas intervenções também fazem coro aos esforços de constituição de políticas de saúde mental, de acolhimento e suporte psicossocial no campo da educação, de criação de dispositivos de intervenção clínico-política, bem como de discussão e proposição de formas de enfrentamento. Como posicionamento e sustentação ética do trabalho, buscamos a constante reflexão crítica na escuta da valência política do sofrimento, por meio do estranhar, do suspeitar e do desnaturalizar, advertidos do risco de encarnarmos o discurso que pretendemos denunciar e combater também em nossas práticas, tão imersos(as) que estamos em suas gramáticas.

## REFERÊNCIAS

BEMGOCHEA JUNIOR, Danilo Peres; SANTOS, Samara Silva dos. **As faces da violência do estado no fazer docente: a compreensão de professores e professoras da rede pública municipal de ensino de uma cidade do interior do RS**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-graduação em Psicologia, RS, 2022. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/26740>

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In:\_\_\_\_\_. **Magia e técnica, arte e política**. Obras escolhidas, v.1, São Paulo: Brasiliense, 2012 (1933).

CARVALHO, Jeovana. Saúde mental dos educadores preocupa e motiva nova lei. **Senado Federal**, Brasília/DF, 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/09/saude-mental-dos-educadores-preocupa-e-motiva-nova-lei>. Acesso em: 19 jun. 2024.

CIFALI, Mireille. Conduta clínica, formação e escrita. In: L. Paquay, P. Perrenoud, M. Altet, É. Charlier (Orgs.). **Formando professores profissionais: Quais as estratégias? Quais competências?** Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

CONDE, Diva. Prefácio. In: SOUZA, M. P. R. de. et al. (Org.). **Diretrizes Curriculares e Processos Educativos: Desafios para a formação do psicólogo escolar.** Curitiba: CRV, 2020.

CRUZ, Elaine Patrícia. Saúde mental é o principal problema para professores, aponta pesquisa. **Rede Brasil Atual**, São Paulo/SP, 2023. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/saude-mental-e-o-principal-problema-para-professores-aponta-pesquisa/>. Acesso em: 19 jun. 2024.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal** / Pierre Dardot; Christian Laval ; tradução Mariana Echalar. - 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUNKER, Christian. **Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros.** 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias. et al. Uso de medicamentos ou medicalização dos professores? Uma discussão sobre as relações de trabalho e adoecimento. In: FACCI, Marilda Gonçalves Dias; URT, Sônia da Cunha (Orgs.). **Precarização do trabalho, adoecimento e sofrimento do professor.** Teresina: EDUFPI, 2017.

FERNANDES, Maria. Prefácio. In: FACCI, Marilda Gonçalves Dias; URT, Sônia da Cunha (Orgs.). **Precarização do trabalho, adoecimento e sofrimento do professor.** Teresina: EDUFPI, 2017.

FIRBIDA, Fabíola; VASCONCELOS, Mário. O desenvolvimento histórico da psicologia escolar crítica no BRASIL. **Psicologia em Estudo**, 23, 2018. Disponível em: <<https://shorturl.at/aePX0>>. Acesso em: 09 mar. 2024.

FISCHER, Mark. **Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?** / Mark Fisher; tradução Rodrigo Gonsalves, Jorge Adeodato, Maikel da Silveira; [coordenação Manuela Beloni, Cauê Amenil]. - 1. ed. - São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FOGLIATTO, Débora. Saúde mental de professores se agrava com desvalorização, baixos salários e falta de estrutura. **CPEERS**, Porto Alegre/RS, 2018. Disponível em: <https://cpers.com.br/saude-mental-de-professores-se-agrava-com-desvalorizacao-baixos-salarios-e-falta-de-estrutura/>. Acesso em: 19 jun. 2024.

GUERRA, Gabriela Oliveira; ALBERTI, Taís Fim.; BIAZUS, Camilla Baldicera. **Expressões contemporâneas do mal-estar na universidade: temporalidade e escritas da experiência.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-graduação em Psicologia, RS, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/23299>

GUERRA, Gabriela Oliveira; ALBERTI, Taís Fim; BIAZUS, Camilla Baldicera. Expressões contemporâneas do mal-estar na universidade: temporalidade e escritas da experiência. **Tempo psicanalítico.**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 2, p.102-137, dez. 2021. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010148382021000200005&lng=pt&nr\\_m=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010148382021000200005&lng=pt&nr_m=iso). Acessos em 17 jun. 2024.

IANNINI, Gilson; TAVARES, Pedro Heliodoro (coord.) **Cultura, sociedade, religião: O mal-estar na cultura e outros escritos.** Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

- JACÓ-VILELA, Ana. 2023. Prefácio. In: TEO, T. (autor); TOASSA, G. (org.). **Ensaio de psicologia crítica**. Curitiba: CRV, 2023.
- LYRA, Thaís, Pesquisa revela que saúde mental dos professores piorou em 2022. **Nova Escola**, São Paulo/SP, 2022. Disponível em: [https://novaescola.org.br/conteudo/21359/pesquisa-revela-que-saude-mental-dos-professores-piorou-em-2022#:~:text=Confira%20dados%20da%20pesquisa,2022%20\(21%2C5%25\)](https://novaescola.org.br/conteudo/21359/pesquisa-revela-que-saude-mental-dos-professores-piorou-em-2022#:~:text=Confira%20dados%20da%20pesquisa,2022%20(21%2C5%25)). Acesso em: 19 jun. 2024.
- MAIA, Heribaldo. **Neoliberalismo e Sofrimento Psíquico: o mal-estar nas Universidades**. Recife: Ruptura, 2022.
- MARINHO-ARAUJO, Claisy; ALMEIDA, Sandra. Intervenção Institucional: Possibilidades de prevenção em Psicologia Escolar. In: **Psicologia Escolar: construção e consolidação da identidade profissional**. 4. ed. Campinas, editora: Alínea, 2014.
- MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- PEREIRA, Marcelo. A orientação clínica como questão de método à psicologia, psicanálise e educação. In: PEREIRA, M. R. (org.). **A psicanálise escuta a educação: 10 Anos depois**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço/FAPEMIG, 2012.
- PEREIRA, Marcelo. **O nome atual do mal-estar docente**. 1. ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2016.
- ROSA, Miriam. **Psicanálise, política e cultura: a clínica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento**. 2015. 144 p. Tese de livre-docência. Departamento de Psicologia Clínica. Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- SAFATLE, Vladimir; DA SILVA JUNIOR, Nelson; DUNKER, Christian. (orgs). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política**. 41. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.
- SERAFINI, Mariana. O apagão de professores no Brasil. **Outras Mídias**, São Paulo/SP, 2024. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/o-apagao-de-professores-no-brasil/>. Acesso em: 19 jun. 2024.
- SOARES, Valéria Antônia Benevides Solano; MARTINS, Lígia Márcia. Relações entre sofrimento/adoecimento do professor e formação docente. In: FACCI, Marilda Gonçalves Dias; URT, Sônia da Cunha (Orgs.). **Precarização do trabalho, adoecimento e sofrimento do professor**. Teresina: EDUFPI, 2017.
- SOUZA, Marilene. A psicologia escolar brasileira em uma perspectiva crítica e a psicologia histórico-cultural. In: BEATON, G. A.; CALEJON, L. M. C.; ELEJALDE, M. F. **Enfoque histórico-cultural: problemas de las prácticas profesionales**. São Paulo, SP: Terracota editora, 2017.
- SOUZA, Marilene, et al. (Org.). **Diretrizes Curriculares e Processos Educativos: Desafios para a formação do psicólogo escolar**. Curitiba: CRV, 2020.

*Recebido em: 22 de março de 2024.  
Aprovado em: 07 de junho de 2024.*